



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: UMA ANÁLISE DA ABRANGÊNCIA NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE IJUÍ/RS

PUBLIC COMMUNITY HEALTH EQUIPMENT: AN ANALYSIS OF THE SCOPE IN THE URBAN PERIMETER OF THE CITY OF IJUÍ/RS

EQUIPAMIENTO PÚBLICO COMUNITARIO DE SALUD: ANÁLISIS DEL ALCANCE EN EL PERÍMETRO URBANO DE LA CIUDAD DE IJUÍ/RS

Bianca Milena Girardi¹, Bruna Carolina Jachinski², Rodriane Maria dos Santos³, Tarcisio Dorn de Oliveira⁴, Flavia Vieira Guedes Zulato⁵, João Vicente Machado Schmitz⁶

e412625

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i1.2625>

PUBLICADO: 01/2023

RESUMO

Os Equipamentos Públicos de Saúde (EPS) possuem função crucial dentro dos municípios brasileiros, pois são responsáveis pelo controle da qualidade de vida da população, cujo dever é garantir acesso a todos de forma igualitária. Diante da situação sanitária que tem sido enfrentada nos últimos três anos, em decorrência da Covid-19, esses espaços reafirmam sua importância de abrangência e qualidade em atendimento à população. Esta pesquisa apresenta normativas responsáveis pela caracterização desses espaços urbanos destinados à comunidade, assim como caracteriza cada estrutura de atendimento presente no município no qual o estudo se baseia, delimitando suas áreas de abrangência e apontando os dados de forma gráfica através de mapeamento. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa é realizar um levantamento quantitativo de estruturas destinadas ao atendimento da população do município de Ijuí, localizado no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, verificando o perímetro abrangido por cada estrutura, as quais são designadas equipamentos urbanos públicos/comunitários de saúde para que, posteriormente, fosse confeccionada uma análise com base nos dados coletados. Quanto aos procedimentos metodológicos, foi realizada uma pesquisa qualitativa, que foi agregada de um levantamento de EPS, utilizando o *software* AutoCAD, e as plataformas Google Maps e Street View, permitindo realizar um mapeamento dos equipamentos encontrados, admitindo uma análise de dados como etapa seguinte. Nota-se que, apesar de haver uma distribuição coerente de centros de saúde no município, os postos de saúde não seguem a mesma relação uniforme. Foi possível observar quais áreas da cidade estão vulneráveis à falta de unidades básicas de saúde (UBS), e unidades de estratégia da saúde da família (ESF), sobrecarregando assim os centros de saúde e hospitais da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento urbano. Infraestrutura comunitária. Saúde pública. Ijuí/RS.

¹ Graduada em Engenharia Civil pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ. Bolsista no Programa de Educação Tutorial - PET. Pós-Graduada no curso de Arquitetura de Interiores e Lighting Design pela UNINTER.

² Engenheira civil pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, pós graduanda em Gestão de obras pelo Instituto de graduação e pós- graduação (IPOG).

³ Bacharela em Engenharia Civil pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ).

⁴ Doutor em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Desenvolveu Estágio Pós-Doutoral em Arquitetura e Urbanismo pela Atitus Educação (CESME). Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Artes pela Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Educação: espaços e possibilidades para educação continuada pelo Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul). Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ).

⁵ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - UNIJUÍ. Graduada em DIREITO pela FACULDADE DE DIREITO DE IPATINGA. Presidente da Comissão de Regularização Fundiária do Município de Belo Oriente, Procuradora de carreira no Município de Belo Oriente e advogada militante.

⁶ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), na linha de pesquisa Teoria, História, Patrimônio e Crítica. Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: UMA ANÁLISE DA ABRANGÊNCIA NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE IJUÍ/RS
Bianca Milena Girardi, Bruna Carolina Jachinski, Rodriane Maria dos Santos, Tarcísio Dorn de Oliveira, Flávia Vieira Guedes Zulato, João Vicente Machado Schmitz

ABSTRACT

Public Health Facilities (EPS) play a crucial role within Brazilian municipalities, as they are responsible for controlling the quality of life of the population, whose duty is to guarantee equal access to all. In view of the health situation that has been faced in the last three years, as a result of Covid-19, these spaces reaffirm their importance of coverage and quality in serving the population. This research presents norms responsible for the characterization of these urban spaces destined to the community, as well as characterizes each service structure present in the municipality on which the study is based, delimiting its coverage areas and showing the data graphically through mapping. In this sense, the objective of the research is to carry out a quantitative survey of structures intended to serve the population of the municipality of Ijuí, located in the Northwest of the State of Rio Grande do Sul, verifying the perimeter covered by each structure, which are designated public urban equipment/community health so that, later, an analysis could be made based on the collected data. As for the methodological procedures, a qualitative research was carried out, which was added to an EPS survey, using the AutoCAD software, and the Google Maps and Street View platforms, allowing to carry out a mapping of the equipment found, admitting a data analysis as the next step. It is noted that, although there is a coherent distribution of health centers in the municipality, the health posts do not follow the same uniform relationship. It was possible to observe which areas of the city are vulnerable to the lack of basic health units (UBS) and family health strategy units (ESF), thus overloading the city's health centers and hospitals.

KEYWORDS: *Urban planning. Infrastructure. Public health. Ijuí/RS.*

RESUMEN

Los Equipos de Salud Pública (PHE) tienen una función crucial dentro de los municipios brasileños, ya que son responsables de controlar la calidad de vida de la población, cuyo deber es garantizar el acceso a todos por igual. Dada la situación sanitaria que se ha enfrentado en los últimos tres años, debido al Covid-19, estos espacios reafirman su importancia de integralidad y calidad en la atención a la población. Esta investigación presenta normas responsables de la caracterización de estos espacios urbanos destinados a la comunidad, así como caracteriza cada estructura de servicios presente en el municipio en el que se basa el estudio, delimitando sus áreas de cobertura y señalando los datos gráficamente a través del mapeo. En este sentido, el objetivo de la investigación es realizar un levantamiento cuantitativo de las estructuras diseñadas para atender a la población del municipio de Ijuí, ubicado en el Noroeste del Estado de Rio Grande do Sul, verificando el perímetro cubierto por cada estructura, que se denominan equipamiento urbano de salud pública/comunitaria para que, posteriormente, se realice un análisis basado en los datos recolectados. En cuanto a los procedimientos metodológicos, se realizó una investigación cualitativa, que se agregó a partir de una encuesta EPS, utilizando el software AutoCAD, y las plataformas Google Maps y Street View, permitiendo un mapeo de los equipos encontrados, admitiendo un análisis de datos como siguiente paso. Se observa que, aunque existe una distribución coherente de los centros de salud en el municipio, los centros de salud no siguen la misma relación uniforme. Fue posible observar qué áreas de la ciudad son vulnerables a la falta de unidades básicas de salud (UBS) y unidades de estrategia de salud de la familia (ESF), sobrecargando así los centros de salud y hospitales de la ciudad.

PALABRAS CLAVE: *Planificación urbana. Infraestructura comunitaria. Salud pública. Ijuí/RS.*

1 INTRODUÇÃO

As cidades crescem e modificam-se conforme seus usos, pessoas e atividades, ao passo que, as necessidades urbanas também acabam alterando-se nessa dinâmica de mudanças urbanas. No contexto contemporâneo, quando não há um planejamento e gestão adequada para acompanhar esse crescimento, as adversidades manifestam-se. Para que a população desfrute de equipamentos



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: UMA ANÁLISE DA ABRANGÊNCIA NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE IJUÍ/RS
Bianca Milena Girardi, Bruna Carolina Jachinski, Rodriane Maria dos Santos, Tarcísio Dorn de Oliveira, Flávia Vieira Guedes Zulato, João Vicente Machado Schmitz

públicos de qualidade, como em relação aos equipamentos voltados à saúde, o desenvolvimento precisa ser realizado a partir de processos multi e interdisciplinares.

Buscando verificar a real contribuição e distribuição dos equipamentos comunitários de saúde, esta pesquisa tem por objetivo analisar os raios de abrangências de unidades básicas de saúde, unidades de estratégia de saúde familiar e centros de saúde, no perímetro urbano do município de Ijuí, localizado na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Aponta-se a indispensabilidade de parcerias entre a gestão pública e os cidadãos, no que cerne questões referentes à promoção de políticas públicas que converjam em uma sociedade plural (SPERANDIO; FILHO; MATTOS, 2016). A necessidade dessa articulação entre governo e sociedade civil se mostra fundamental a partir do momento em que as cidades, que estão em constante crescimento, sejam planejadas de forma participativa. Corroborando com a passagem dos autores em relação aos processos participativos, Reis e Venâncio (2016, p. 1221) acrescentam que:

[...] as audiências públicas urbanísticas emergem como mecanismos fundamentais na gestão eficiente e compartilhada do meio ambiente urbano, eis que implicam na participação dos indivíduos que se mostram interessados no desenvolvimento sustentável da cidade, orientando as políticas públicas de modo a corresponderem às necessidades socioambientais de dada localidade.

Tendo a cidade como o centro da vida humana e o Estado como aquele que dá aporte ao desenvolvimento de cada ser social, garantindo os direitos básicos da população, verifica-se que a propriedade urbana deve ser destinada aos interesses coletivos, e que, com políticas públicas, deve-se garantir o bem-estar de todos de forma igualitária (REIS; VENÂNCIO, 2016). Cabe, portanto, ao Poder Público, promover políticas públicas que sejam planejadas em conjunto com a população, para que seja possível atender às necessidades de uma determinada comunidade, ou ainda de um maior grupo de pessoas.

Na convergência de pensamentos em resgate ao planejamento urbano, especificamente voltado aos equipamentos de saúde pública, Merhy e Queiroz (1993) mencionam a história da Saúde Pública no Brasil como aquela que tem início na primeira metade do século XX a partir das figuras de Emílio Ribas, em São Paulo, e Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. Os profissionais buscaram, através da pesquisa científica, a visualização tanto da saúde, quanto da doença “como um processo coletivo, resultado da agressão externa que o corpo biológico (fisiologicamente harmônico) sofria de um meio social/natural insalubre” (MERHY; QUEIROZ, 1993, p.177-178). Naquele momento, a saúde pública deixou de ser algo isolado e se tornou algo com maior abrangência, buscando – através de materiais científicos – resultados aos problemas enfrentados nas cidades insalubres daquela época.

As primeiras preocupações voltaram-se a uma campanha pela sanitização das cidades brasileiras, iniciando pelos grandes centros urbanos através de uma “consciência sanitária”. Isso permitiu que, em 1953, fosse criado o Ministério da Saúde. Mais de três décadas depois, estrutura-se o chamado Sistema Unificado Descentralizado de Saúde (Suds) (MERHY; QUEIROZ, 1993). Tais



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: UMA ANÁLISE DA ABRANGÊNCIA NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE IJUÍ/RS
Bianca Milena Girardi, Bruna Carolina Jachinski, Rodriane Maria dos Santos, Tarcísio Dorn de Oliveira, Flávia Vieira Guedes Zulato, João Vicente Machado Schmitz

ações, que partiram de planos de governo, acabaram culminando na criação do Sistema Único de Saúde (SUS), cujo foco é garantir – de forma gratuita e qualidade – e o acesso à saúde pela população brasileira.

Conforme Landim *et al.*, (2013), o SUS é o único sistema de saúde que permite acesso a mais de 100 milhões de pessoas. A organização se dá através da descentralização de poderes, responsabilidades e recursos. Dessa forma, tal organização acaba dispersando a demanda de equipamentos médicos em outras inúmeras instituições – secretarias de saúde estaduais, municipais e o Ministério da Saúde, por exemplo. Assim, nota-se que a responsabilidade se ramifica, não sobrecarregando o sistema geral de saúde que, por consequência, segue à busca de um efetivo sistema de saúde pública, que atenda a todos de forma legítima.

A presente pesquisa justifica-se ao passo que, o planejamento regional voltado à saúde permite uma ampla gama de abordagens e perspectivas. Tomando o planejamento como pressuposto à uma ferramenta de gestão face à operacionalização do SUS, é imprescindível a colaboração entre os municípios, que devem criar uma rede que seja menos fragmentada, configurando o exercício como algo que vá além de um mero repasse de recursos, mas com uma atividade efetiva, que se sobressaia da teoria e seja colocada em prática (FERREIRA *et al.*, 2018). A partir do exposto, é possível compreender a importância da criação de alianças entre as municipalidades a fim de contribuir com o desenvolvimento da rede de saúde a fim de pontuar as prioridades de cada unidade, sejam elas financeiras, materiais, sanitárias etc.

Apesar do avanço histórico em relação à saúde pública, o Brasil encontra-se com algumas problemáticas envolvendo a área. Dentre elas, cabe mencionar aquelas relacionadas à implantação e administração dos equipamentos urbanos comunitários das cidades, em especial os destinados à saúde pública. Entende-se que os equipamentos urbanos são bens públicos, podendo ser obras ou serviços, destinados a atender as necessidades da população. A Lei Federal nº 6766/79, no que tange a classificação, faz o seguinte esclarecimento:

[...] consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares. [...] o Poder Público competente poderá complementarmente exigir, em cada loteamento, a reserva de faixa “non aedificandi” destinada a equipamentos urbanos (BRASIL, 1979, *on-line*).

Percebe-se de fundamental importância a reserva de locais destinados aos equipamentos urbanos, uma vez que, os mesmos, possuem função de fornecimento de serviços necessários e essenciais à funcionalidade dos municípios. Moraes, Goudart e Oliveira (2008) entendem que para compreender as cidades em seu planejamento pode-se utilizar como objeto de estudo os equipamentos urbanos comunitários inseridos no dia a dia da comunidade, sendo elementos importantes na busca do entendimento da morfologia urbana, podendo servir de auxílio no estudo das formas que a cidade adquiriu sendo um recurso a mais para o estudo da iconografia urbana. Dentre os equipamentos urbanos comunitários destacam-se:



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: UMA ANÁLISE DA ABRANGÊNCIA NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE IJUÍ/RS
Bianca Milena Girardi, Bruna Carolina Jachinski, Rodriane Maria dos Santos, Tarcísio Dorn de Oliveira, Flávia Vieira Guedes Zulato, João Vicente Machado Schmitz

a) Equipamentos públicos de educação: responsáveis pela formação de conduta, sendo caracterizados como fontes socializadoras. Exemplos: escolas de educação infantil, de ensino fundamental e de ensino médio etc.

b) Equipamentos públicos de cultura: definidos como pontos de encontro entre oferta cultural e públicos, responsáveis por impulsionar a cadeia produtiva da cultura, associando esta ao setor econômico, Exemplos: teatros, cinemas, bibliotecas, galerias, centros culturais etc.

c) Equipamentos públicos de saúde: destinados a oferta de orientação e prestação de assistência médico-sanitária à população. Exemplos: hospitais, unidades de pronto atendimento, estratégias de saúde da família, postos de saúde etc.

d) Equipamentos públicos de lazer: classificados como espaços destinados a atividades públicas ou privadas. Exemplos: clubes, ginásios, parques, praças etc.

O planejamento urbano das cidades, concebido em grande parte pelos órgãos públicos, possui divergências e uma certa escassez de critérios para implementação de equipamentos urbanos (NETO *et al.*, 2018). Inserido nesses equipamentos urbanos, os Equipamentos de Saúde Pública (EPS) possuem função primordial no que cerne a qualidade de vida da população, demandando uma atenção especial quanto ao seu processo de implantação dentro das cidades, pois, conforme suas especificidades, devem abranger – de forma efetiva – todo um núcleo populacional.

Quanto à necessidade desses espaços, cabe mencionar um fator preocupante que consternou o globo há três anos; a pandemia agravou as questões epidemiológicas face à propagação da infecção respiratória aguda, causada pelo SARS-CoV-2, que vem causando a morte de milhões de pessoas. Por conta da difusão da COVID-19, medidas extremas de contenção foram adotadas a nível mundial – buscou-se a minimização das interações sociais (RACHE *et al.*, 2020). Sabe-se que houve um grande aumento da demanda por equipamentos de saúde nesse período, sobretudo de equipamentos de suporte ventilatório, por consequência da insuficiência respiratória.

Tendo em vista que os equipamentos de saúde são imprescindíveis no processo de controle de situações como a supradita, cabe mencionar os postos de saúde que, conforme o Ministério da Saúde, são unidades destinadas à assistência de uma determinada população, seja de forma programada ou não, por profissionais de nível médio, com a presença intermitente ou não do profissional médico (BRASIL, 2008). Estes devem servir aos bairros para atendimentos frequentes e imediatos (SANTOS, 1988).

Os centros de saúde atendem uma área mais ampla e possuem a definição conforme o manual técnico do CNES do Ministério da Saúde: Unidade para realização de atendimentos de atenção básica e integral a uma população, de forma programada ou não, nas especialidades básicas, podendo oferecer assistência odontológica e de outros profissionais de nível superior (BRASIL, 2008). Complementando ao estudo, mais especificamente voltado aos hospitais, Santos (1988) ressalta que esses devem servir a toda cidade e, de acordo com o Ministério da Saúde, são



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: UMA ANÁLISE DA ABRANGÊNCIA NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE IJUÍ/RS
Bianca Milena Girardi, Bruna Carolina Jachinski, Rodriane Maria dos Santos, Tarcísio Dorn de Oliveira, Flávia Vieira Guedes Zulato, João Vicente Machado Schmitz

destinados à prestação de atendimento nas especialidades básicas, por especialistas e/ou outras especialidades médicas, podendo dispor de serviço de Urgência/Emergência (BRASIL, 2008).

Ainda de acordo com a legislação, no Brasil há uma divisão maior entre os equipamentos de saúde, sendo eles: Posto de Saúde; Centro de Saúde; Policlínica; Hospital Geral; Hospital Especializado; Unidade Mista; Pronto Socorro Geral; Pronto Socorro Especializado; Consultório Isolado; Unidade Móvel Fluvial; Clínica Especializada/Amb. Especializado; Unidade de Serviço de Apoio de Diagnóstico e Terapia; Unidade Móvel Terrestre; Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar na Área de Urgência e Emergência; Farmácia; Unidade de Vigilância em Saúde; Cooperativa; Centro de Parto Normal Isolado; Hospital /Dia- Isolado; Central de Regulação de Serviços de Saúde; Laboratório Central de Saúde Pública – LACEN e Secretaria de Saúde (NEVES, 2015).

É fundamental existir uma lógica de distribuição espacial dos EPS, tanto na esfera regional, quanto municipal, buscando permitir o amplo funcionamento coletivo de acesso à saúde pública (ABDALLA; BORGES; OLIVEIRA, 2010). Cada uma das redes possui uma especificidade e deve ser alocada em conformidade ao sítio. Certamente, tal distribuição deve ter relação a estudos previamente realizados acerca da população do entorno quanto as características locais e a demanda das redes assistenciais por aquele núcleo habitacional.

Cabe apontar a Constituição Federal de 1988 que menciona – em seu Art. 196 – que “a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e outros agravos e acesso universal[...]” (BRASIL, 1988). Assim, compreende-se a menção a uma equidade e integralidade:

[...] entende-se por equidade e integralidades a oferta de serviço em todos os níveis de atenção em boa qualidade e igualdade de atenção dos serviços, porém conforme as necessidades específicas de cada população alvo e cidadãos, no entanto sem diferenças técnico-tecnológicas na assistência em saúde (ABDALLA; BORGES; OLIVEIRA, 2010, p. 7).

É evidente que as cidades brasileiras enfrentam problemas nas três instâncias governamentais. Um dos problemas está ligado ao atendimento do acesso a equipamentos urbanos comunitários aos usuários (GOUDARD; OLIVEIRA; GERENTE, 2014). Com o grande crescimento nos últimos anos, os centros urbanos demandam equipamentos de saúde que contemplem todas as camadas sociais, sobretudo aquelas que dependem do serviço público diretamente. O governo, em via de satisfazer as demandas, “[...] consideram a implantação otimizada de equipamentos urbanos comunitários, com atendimento eficiente à população, o gargalo do planejamento e gestão territorial urbana (GOUDARD; OLIVEIRA; GERENTE, 2014, p. 16).

2 MÉTODO

A presente pesquisa é classificada, por sua natureza, como aplicada, pois, além de gerar conhecimento como em uma pesquisa básica, também faz uso de tecnologias a fim de trazer possíveis soluções para um problema. Quanto à abordagem, a investigação apresenta-se como



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: UMA ANÁLISE DA ABRANGÊNCIA NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE IJUÍ/RS
Bianca Milena Girardi, Bruna Carolina Jachinski, Rodriane Maria dos Santos, Tarcísio Dorn de Oliveira, Flávia Vieira Guedes Zulato, João Vicente Machado Schmitz

qualitativa, pois depende da natureza e interpretação dos dados coletados, ou seja, a análise é realizada de forma indutiva (GIL, 2002).

Em relação aos objetivos, trata-se de uma pesquisa explicativa e descritiva, pois além de registrar os dados, também são explicadas as causas, a classificação e os fatores que podem contribuir para os resultados. Por fim, quanto aos procedimentos, classifica-se em pesquisa de campo e estudo de caso, por se tratar de uma observação dos fatos e dados coletados, assim como analisá-los.

Inicialmente observou-se o campo conceitual e na sequência o empírico através da coleta de dados relativos aos hospitais, estratégias de saúde da família, postos de saúde e demais locais vinculados a Secretaria de Saúde Municipal. Em seguida, com o auxílio do *software* AutoCAD e da plataforma Google Maps e Street View, realizou-se o mapeamento de todos os equipamentos urbanos de saúde localizados na área urbana de Ijuí/RS.

Para cumprir com os objetivos da pesquisa, definiu-se três raios de abrangência para três tipos de equipamentos urbanos distintos – postos de saúde, centros de saúde e hospitais. Os postos de saúde foram definidos com um raio de abrangência de 1.000 metros, os centros de saúde de 5.000 metros e os hospitais considerados com influência regional. Com os raios definidos, realizou-se a análise da área urbana, no que tange a abrangência dos equipamentos urbanos de saúde existentes no perímetro urbano.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cidade de Ijuí está localizada no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e possuía uma população de 78.915 habitantes em 2010, com previsão para 2020 de 83.764 habitantes (IBGE, 2020). Apesar disso, seu fluxo gira em torno de 100.000 pessoas, podendo ser considerada uma cidade com amplos recursos hospitalares, por ter a área da saúde amparada por hospitais independentes de auxílios regionais (IJUÍ, 2013).

No município, segundo o Projeto de Melhoria do Programa Mais Médicos apresentado em 2013, existem três hospitais, sendo eles: Hospital de Caridade de Ijuí: instituição filantrópica, de média e alta complexidade, com atendimento a uma população de 1.282.927 pessoas, distribuídas em 125 municípios; Hospital Bom Pastor: instituição de cunho filantrópico, caracterizado por hospital geral; Hospital Unimed: instituição de cunho privado, da cooperativa médica Unimed.

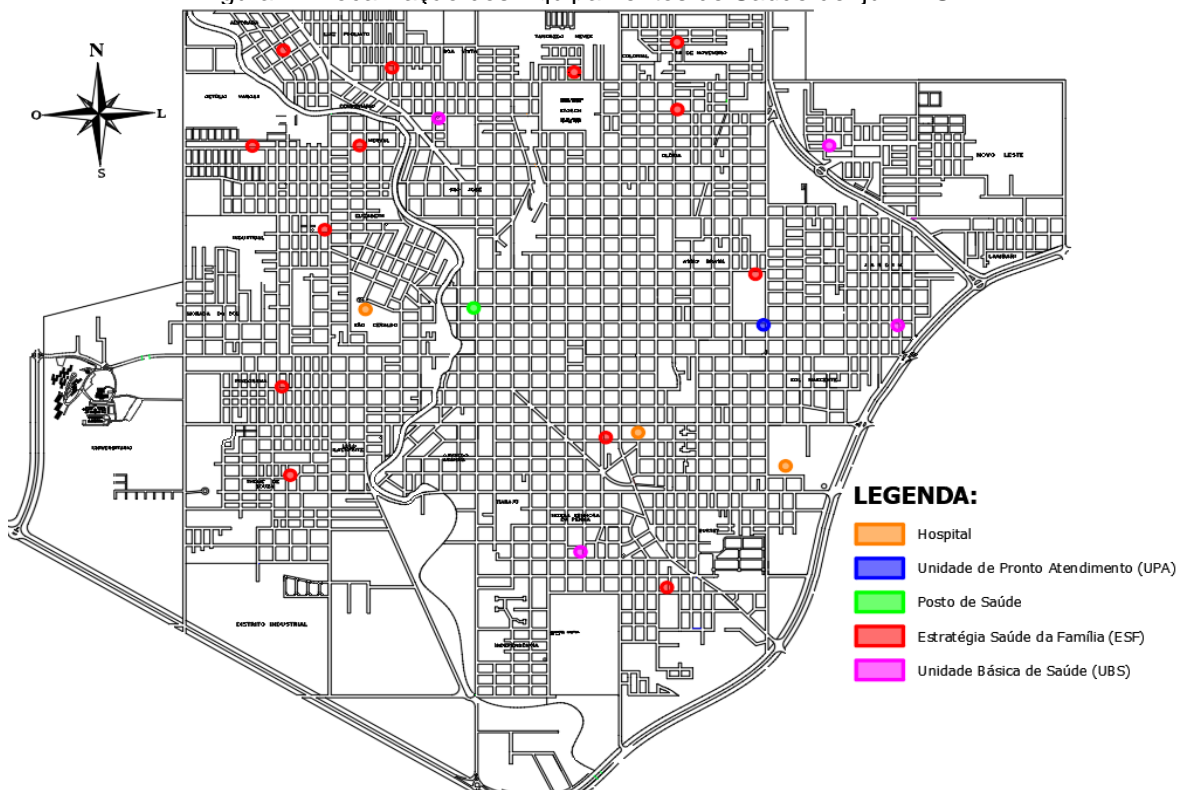
Com isso, entende-se a forte abrangência regional do município na área da saúde. Para tanto, verificou-se, para além dos hospitais municipais, a partir dos dados fornecidos pela Secretaria de Saúde do município de Ijuí, cinco tipos de equipamentos urbanos de saúde: hospital, unidade de pronto atendimento (UPA), unidade básica de saúde (UBS), posto central e estratégia de saúde da família (ESF). Cabe apontar que tais equipamentos encontram-se em diversos pontos da área urbana – em algumas regiões estão mais presentes (Figura 1).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: UMA ANÁLISE DA ABRANGÊNCIA NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE IJUÍ/RS
Bianca Milena Girardi, Bruna Carolina Jachinski, Rodriane Maria dos Santos, Tarcísio Dorn de Oliveira, Flávia Vieira Guedes Zulato, João Vicente Machado Schmitz

Figura 1 - Localização dos Equipamentos de Saúde de Ijuí - RS



Fonte: Autores (2022). Adaptado da Prefeitura Municipal de Ijuí/RS (2020).

São diversas as análises que podem ser realizadas para definir os equipamentos urbanos optando-se por considerar, a localização e a área de abrangência de cada equipamento considerando as três categorias: postos de saúde, centros de saúde e hospitais. É relevante observar que, Gouvêa (2008), considera que os postos de saúde possuem localização próxima às residências e cada unidade atende aproximadamente 3.000 habitantes, centros de saúde, por sua vez, atendem 30.000 habitantes, devem ter localização mais central, próximos a acessos de transporte público coletivo e, assim como os postos de saúde, têm a função de prestar atendimento médico-sanitário à população. Por fim, os hospitais são classificados com área de abrangência regional, devendo apresentar atendimento em regime de internação e também de emergência, além de um pronto-socorro 24 horas.

Postos de Saúde

Definiu-se, de acordo com as funções, que as estratégias de saúde da família (ESF) e as Unidades Básicas de Saúde (UBS) são consideradas postos de saúde, pois possuem localização focada nos bairros do município. Foi feito um estudo quantitativo de ESF, com seus respectivos endereços (Tabela 1).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: UMA ANÁLISE DA ABRANGÊNCIA NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE IJUÍ/RS
Bianca Milena Girardi, Bruna Carolina Jachinski, Rodriane Maria dos Santos, Tarcísio Dorn de Oliveira, Flávia Vieira Guedes Zulato, João Vicente Machado Schmitz

Tabela 1 - Dados das unidades de ESF de Ijuí - RS

| ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) DE IJUÍ | | | | |
|--|-----------|----------------------------------|----------------------------|----------------|
| | TIPO | NOME | ENDEREÇO | BAIRRO |
| 1 | Municipal | ESF 1 | Rua Décio Betineli | Luiz Fogliatto |
| 2 | Municipal | ESF 2 | Rua Moacir Boff, 5 | Tancredo Neves |
| 3 | Municipal | ESF 3 | Rua Sepé Tiarajú | Glória |
| 4 | Municipal | ESF 4 | Av. São Luiz | Herval |
| 5 | Municipal | ESF 5 | Rua 14 de Julho, 1942 | Pindorama |
| 6 | Municipal | ESF 6 | Rua Dari Tissott, 264 | Thomé de Souza |
| 7 | Municipal | ESF 7 e 8 - Centro Social Urbano | Rua Emilio Glitz | Industrial |
| 8 | Municipal | ESF 9, 10 e 11 - Meio Rural | Rua Max Franke, 89 | Centro |
| 9 | Municipal | ESF 12 | Rua Alagoas, 810 | Assis Brasil |
| 10 | Municipal | ESF 13 | Rua João Wender | Mundstock |
| 11 | Municipal | ESF 14-15 | Av. São Luiz | Getúlio Vargas |
| 12 | Municipal | ESF 16 | Rua Nilson Brum, 320 | XV de Novembro |
| 13 | Municipal | ESF 17 | Rua Euclides da Cunha, 401 | Alvorada |

Fonte: Autores (2022).

De acordo com o Ministério da Saúde, uma ESF é fundamentada no trabalho de equipes multiprofissionais, que desenvolve ações de saúde a partir do conhecimento da realidade do local e das necessidades da sua população, já uma UBS é a porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo o objetivo aliviar as emergências e hospitais, atendendo 80% dos problemas de saúde da população. As UBS do município de Ijuí foram quantificadas na investigação, trazendo dados referentes às suas respectivas localizações (Tabela 2).

Tabela 2 - Dados das unidades de UBS de Ijuí - RS

| UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS) DE IJUÍ | | | | |
|---|-----------|---------------|--------------------------|-----------|
| | TIPO | NOME | ENDEREÇO | BAIRRO |
| 1 | Municipal | UBS Jardim | Rua Cruz Alta | Jardim |
| 2 | Municipal | UBS Boa Vista | Rua Paulina Gentz | Boa Vista |
| 3 | Municipal | UBS Penha | Rua Francisco Berenhauer | Penha |
| 4 | Municipal | UBS Modelo | Rua Richard Steinke | Modelo |

Fonte: Autores (2022).

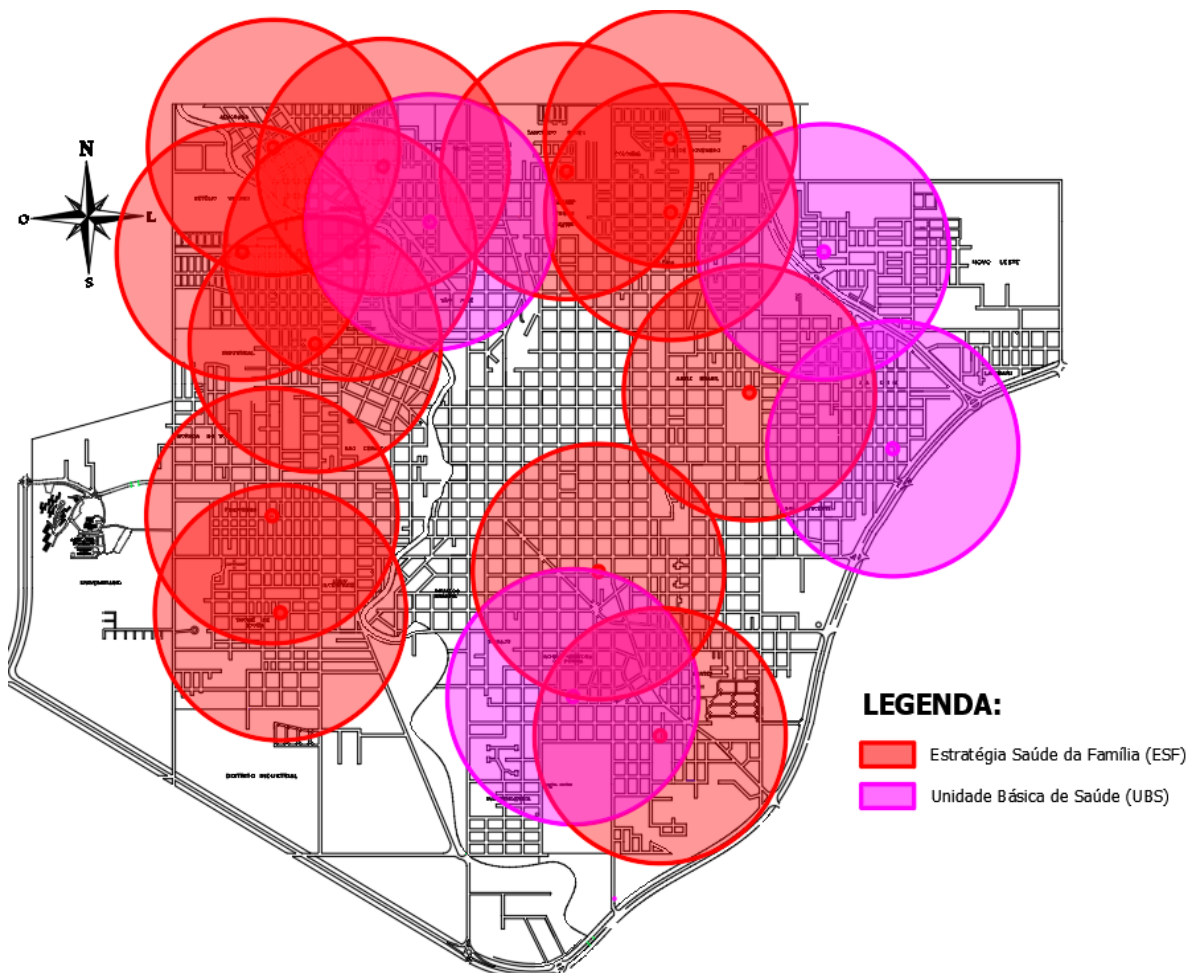
Ao localizar esses equipamentos no mapa urbano de Ijuí, percebe-se uma má distribuição deles, visto que a maioria se localiza na região noroeste do município e, conseqüentemente, existe uma carência nas regiões centrais, sul e leste. As ESF e UBS foram mapeadas e seus raios de abrangência de 1.000m foram identificados sobre cada unidade (Figura 2).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: UMA ANÁLISE DA ABRANGÊNCIA NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE IJUÍ/RS
Bianca Milena Girardi, Bruna Carolina Jachinski, Rodriane Maria dos Santos, Tarcísio Dorn de Oliveira, Flávia Vieira Guedes Zulato, João Vicente Machado Schmitz

Figura 2 - Áreas de abrangência dos postos de saúde de Ijuí - RS



Fonte: Autores (2022). Adaptado da Prefeitura Municipal de Ijuí/RS (2020).

O município de Ijuí conta com 37 bairros em sua totalidade e, conforme os dados demonstrados anteriormente, 17 bairros contam com uma unidade de posto de saúde cada. Assim, pode-se afirmar que, aproximadamente, 54,05% dos bairros são desprovidos de equipamentos de saúde. Essa análise é realizada considerando que uma unidade de posto de saúde atende apenas o bairro onde está localizada.

A partir dos dados apontados, compreende-se que não foi realizado um estudo correto de implantação de tais equipamentos no município, mas que o processo ocorreu de forma empírica ao invés de teórica. Um apontamento que pode explicar tal fato foi o crescimento urbano da região norte e noroeste, que foi acompanhado do acréscimo de unidades de saúde sem um planejamento efetivo da região em expansão, sobretudo da periferia.

Contudo, a partir das áreas traçadas pelos raios de abrangência, nota-se que os postos de saúde englobam não apenas o próprio bairro, ou seja, são capazes de atender regiões mais amplas. Dessa maneira, a partir do mencionado, nota-se uma maior concentração de postos na região



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: UMA ANÁLISE DA ABRANGÊNCIA NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE IJUÍ/RS
Bianca Milena Girardi, Bruna Carolina Jachinski, Rodriane Maria dos Santos, Tarcísio Dorn de Oliveira, Flávia Vieira Guedes Zulato, João Vicente Machado Schmitz

noroeste do município, onde os raios de abrangência se sobrepõem, enquanto outras regiões da cidade não contam com o atendimento dos postos existentes, sobretudo na área central, que é densamente habitada, mas que possui uma grande área não contemplada por postos de saúde.

Centros de Saúde

Para centros de saúde definiu-se o Posto Central de Saúde e a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), por se tratar de equipamentos para atender um maior número de pessoas (Tabela 3).

Tabela 3 - Dados das unidades de Centros de Saúde de Ijuí - RS

| CENTROS DE SAÚDE DE IJUÍ | | | | |
|--------------------------|-----------|-------------------------------------|-------------------------|--------------|
| | TIPO | NOME | ENDEREÇO | BAIRRO |
| 1 | Municipal | Posto Central - Ambulatório | Rua 19 de Outubro, 685 | Centro |
| 2 | Municipal | Unidade de Pronto Atendimento - UPA | Av. Getúlio Vargas, 551 | Assis Brasil |

Fonte: Autores (2022).

O Posto Central - Ambulatório é reconhecido por apresentar atendimentos como centro de triagem, saúde da mulher e sala de vacinas, sendo uma referência de atendimentos para toda a cidade, e é localizado em um ponto central do município. A UPA, por sua vez, é um equipamento destinado, principalmente, para realizar o primeiro atendimento e resolver urgências e emergências, desde fraturas, cortes, pressão e febre alta, derrames e infartos, conforme afirma a Portaria nº 10 do Ministério da Saúde (2017).

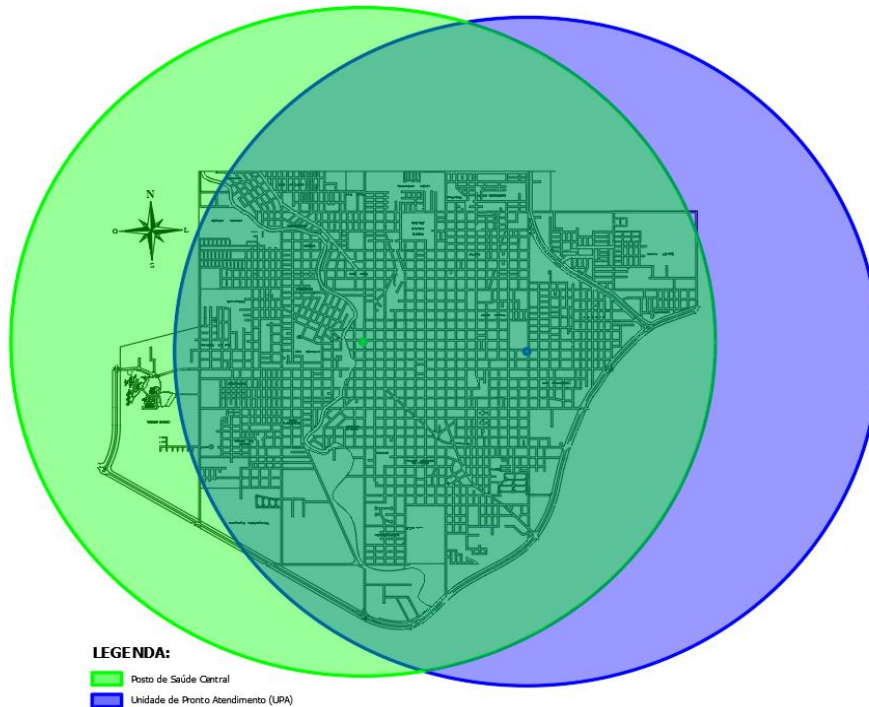
Assim, com raio de abrangência de 5.000 metros, observa-se que 100% da área urbana do município é atendida pela UPA e pelo Posto de Saúde (Figura 3).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: UMA ANÁLISE DA ABRANGÊNCIA NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE IJUÍ/RS
Bianca Milena Girardi, Bruna Carolina Jachinski, Rodriane Maria dos Santos, Tarcísio Dorn de Oliveira, Flávia Vieira Guedes Zulato, João Vicente Machado Schmitz

Figura 3 - Áreas de abrangência dos centros de saúde de Ijuí – RS



Fonte: Autores (2022). Adaptado da Prefeitura Municipal de Ijuí/RS (2020).

É importante ressaltar que os dois equipamentos possuem localização estratégica, em pontos centrais do município, facilitando o acesso da população. Comparando as análises a partir da localização e dos raios de abrangência, pode-se afirmar que ambos resultam em uma boa distribuição e um bom atendimento à população.

Hospital

O município de Ijuí conta com três hospitais referência em atendimento (Tabela 4), considerados regionais, assim como a definição de Gouvêa (2008).

Tabela 4 - Dados dos Hospitais de Ijuí - RS

| HOSPITAIS DE IJUÍ | | | | |
|--------------------------|-------------|------------------------------|-----------------------------|---------------|
| | <i>TIPO</i> | <i>NOME</i> | <i>ENDEREÇO</i> | <i>BAIRRO</i> |
| 1 | Regional | Hospital de Caridade de Ijuí | Av. David José Martins, 152 | Centro |
| 2 | Regional | Hospital UNIMED Noroeste-RS | R. Pedro Hamarstron, 287 | Hammarstron |
| 3 | Regional | Hospital Bom Pastor | R. Theodorico Fricke, 300 | São Geraldo |

Fonte: Autores (2022).

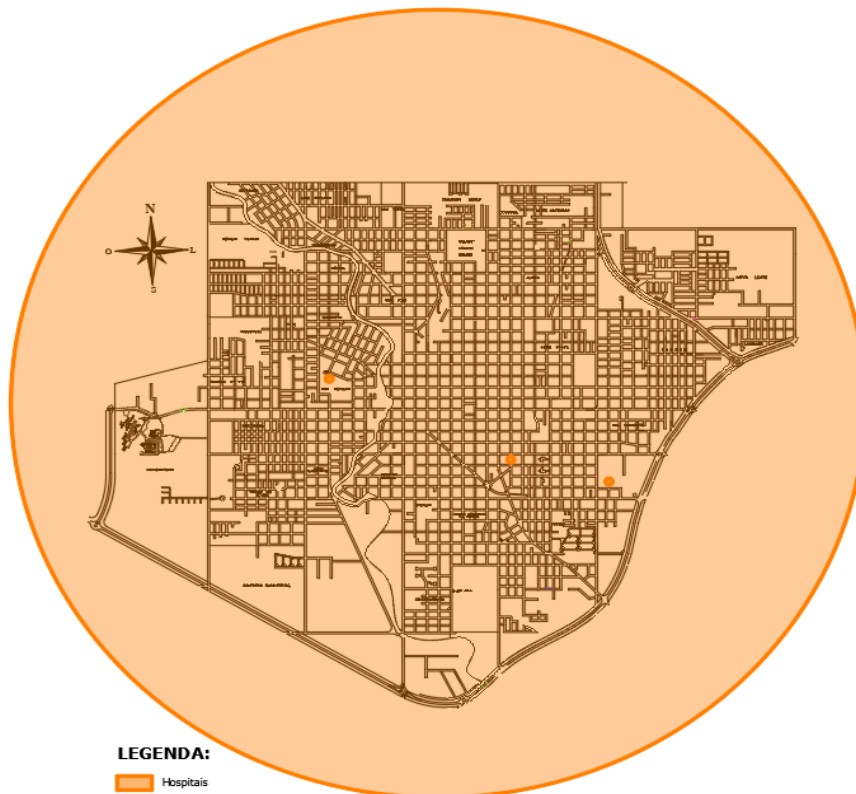


RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: UMA ANÁLISE DA ABRANGÊNCIA NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE IJUÍ/RS
Bianca Milena Girardi, Bruna Carolina Jachinski, Rodriane Maria dos Santos, Tarcísio Dorn de Oliveira, Flávia Vieira Guedes Zulato, João Vicente Machado Schmitz

Os três hospitais gerais se distribuem dispersos na cidade (Figura 4), abrangendo toda a área urbana do município.

Figura 4 - Área de abrangência dos hospitais de Ijuí - RS



Fonte: Autores (2022). Adaptado da Prefeitura Municipal de Ijuí/RS (2020).

Conforme Santos (1988), a distribuição dos equipamentos urbanos diverge, pois depende da escala do território urbano. As escalas são divididas em três: vizinhança, bairro e cidade. Os hospitais se enquadram na escala de bairro ou cidade, pois, conforme mencionado, devem possuir maior abrangência, servindo a toda a cidade.

Os hospitais são considerados de influência regional. Nota-se que a preocupação de abrangência já era vislumbrada anteriormente, conforme apontado pelo autor supracitado. Complementando, Gouvêa (2008) acrescenta que a abrangência populacional para hospitais regionais deve ser de 200.000 habitantes, cuja base de atendimento é mais complexa, devendo estar na escala municipal, ou seja, atendendo toda a cidade.

4 CONSIDERAÇÕES

O desenvolvimento das cidades está ligado aos interesses de diversos agentes – instituições públicas e privadas, políticos e sociedade civil. Diante disso, um adequado planejamento urbano



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: UMA ANÁLISE DA ABRANGÊNCIA NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE IJUÍ/RS
Bianca Milena Girardi, Bruna Carolina Jachinski, Rodriane Maria dos Santos, Tarcísio Dorn de Oliveira, Flávia Vieira Guedes Zulato, João Vicente Machado Schmitz

deve ser confeccionado de forma que haja um desenvolvimento amplo e imparcial, assegurando qualidade de vida a todos. O planejamento é uma função essencial do Estado, em que são apontadas diretrizes para um exercício multidisciplinar. Logo, um planejamento urbano participativo e consoante é fundamental à distribuição adequada e igualitária de serviços públicos dentro do território. Assim, seu ordenamento e coerência permite um amplo alcance à população.

Percebe-se que os Postos de Saúde, definidos através da localização por Estratégias de Saúde da Família (ESF) e Unidades Básicas de Saúde (UBS), não se encontram distribuídos uniformemente no perímetro urbano, gerando resultados em conformidade com a análise pelos raios de abrangência. Assim, nota-se uma concentração maior em uma região do município, o que facilita o acesso à população dos bairros em questão. Em contrapartida, as outras regiões possuem uma dificuldade para chegar aos equipamentos quando se trata de casos em que não há necessidade de procurar atendimento em equipamentos de maior porte, como centros de saúde e hospitais.

Quanto aos Centros de Saúde, compostos pela UPA e Posto Central, localizados em postos distintos do município, cabe apontar que possuem a capacidade de atender às necessidades de toda a população, visto que possuem não apenas um raio de abrangência considerável, que engloba toda a área urbana de Ijuí, mas também possui uma boa distribuição dentro da área urbana, buscando satisfazer a demanda municipal.

Referente aos Hospitais, aponta-se a existência de três unidades, sendo todas elas consideradas referências em atendimento regional. Alocados de forma dispersa na área urbana de Ijuí, eles contemplam o município de forma satisfatória, seguindo os autores mencionados durante a pesquisa em relação a capacidade, abrangência e local de implantação, sem mencionar a região noroeste do estado, que é contemplada por tais unidades.

Nota-se evidente, com base nos dados apresentados sobre uma equivocada posição espacial de alguns equipamentos públicos destinados à saúde no município, a necessidade de um reposicionamento, ou melhor planejamento futuro quanto a esses locais, pois faz parte do direito de cada cidadão o acesso livre à saúde de qualidade, em um espaço apropriado e que seja o mais próximo possível de sua unidade habitacional.

Por fim, a pesquisa demonstra a importância do planejamento urbano para o atendimento ideal da população, suprimindo todas as áreas dentro do perímetro urbano. Constata-se que esse está alinhado ao desenvolvido juntamente ao crescimento populacional, com o objetivo de melhora na qualidade de vida dos habitantes da cidade, por meio de ações políticas, ambientais, sociais, entre outras, ou seja, além da melhora de qualidade de vida de populações já existentes, ele objetiva a minimização de problemas decorrentes do processo de urbanização.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, José Gustavo Francis; BORGES, Marcos Martins; OLIVEIRA, Juliana Simili de. Arquitetura para equipamentos públicos e as redes em Saúde. In: **Anais... I ENANPARQ**, 1., 2010. Rio de Janeiro: ENANPARQ, 2010. p. 1-17.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: UMA ANÁLISE DA ABRANGÊNCIA NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE IJUÍ/RS
Bianca Milena Girardi, Bruna Carolina Jachinski, Rodriane Maria dos Santos, Tarcísio Dorn de Oliveira, Flávia Vieira Guedes Zulato, João Vicente Machado Schmitz

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, pp. 1-11, 19 dez. 1979.

BRASIL. **Manual técnico do CNES**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. **Portaria nº10, de 03 de janeiro de 2017**. Redefine as diretrizes de modelo assistencial e financiamento de UPA 24h de Pronto Atendimento como componente da Rede de Atenção às Urgências, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

FERREIRA, Jéssica et al. Planejamento regional dos serviços de saúde: o que dizem os gestores?. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 69-79, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2022.

GOUDARD, Beatriz; OLIVEIRA, Francisco Henrique de; GERENTE, Jéssica. Avaliação de modelos de localização para análise da distribuição espacial de unidades básicas de saúde. **Revista Brasileira de Cartografia**, Uberlândia, n. 67/1, p. 15-34, abr. 2014.

GOUVÊA, Luiz Alberto. **Cidade Vida**: Curso de Desenho Ambiental Urbano. São Paulo: Editora Nobel, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IJUÍ. Município de Ijuí – Poder Executivo. **Programa Mais Médicos**: projeto de melhoria. Ijuí: Secretaria Municipal da Saúde, 2013.

LANDIM, André Borges et al. Equipamentos e tecnologias para saúde: oportunidades para uma inserção competitiva da indústria brasileira. **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 173-226, mar. 2013.

MERHY, E. E.; QUEIROZ, M. S. Saúde Pública, Rede Básica e o Sistema de Saúde Brasileiro. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 177-184, abr./jun. 1993.

MORAES, A. F.; GOUDART, B.; OLIVEIRA, R. Reflexões sobre a cidade, seus equipamentos urbanos e a influência destes na qualidade de vida da população. **Revista Internacional Interdisciplinar INTHERthesis**, v. 5, n. 2, 2008.

NETO, Jose Paiva Lopes et al. Análise da distribuição dos equipamentos públicos de saúde em um pequeno município do Rio Grande do Norte. *In*: **Congresso Técnico Científico da Engenharia e da Agronomia**, Maceió, 2018.

NEVES, Fernando Henrique. **Crítérios de planejamento e implantação de equipamentos urbanos comunitários de educação e saúde**: estudo de caso em Curitiba de 2010 a 2014. 2015. 118f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Construção Civil, Curitiba, 2015.

RACHE, Beatriz; NUNES et al. **Como conter a curva no Brasil? Onde a epidemiologia e a economia se encontram**: Nota Técnica, n. 4. São Paulo: Instituto de Estudos para Políticas de Saúde, 2020.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: UMA ANÁLISE DA ABRANGÊNCIA NO
PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE IJUÍ/RS
Bianca Milena Girardi, Bruna Carolina Jachinski, Rodriane Maria dos Santos, Tarcísio Dorn de Oliveira,
Flávia Vieira Guedes Zulato, João Vicente Machado Schmitz

REIS, Émilien Vilas Boas; VENÂNCIO, Stephane Rodrigues. O direito à cidade e a participação popular no planejamento urbano municipal. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 1205-1230, 2016.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: Editora Universitária EDUFF, 1988.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti; FILHO, Lauro Luiz Francisco; MATTOS, Thiago Pedrosa. Política de promoção da saúde e planejamento urbano: articulações para o desenvolvimento da cidade saudável. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 1931-1937, jun. 2016.